

**LEI Nº 684/13, DE 11 DE JUNHO DE 2013.**

**“Dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Servidores Públicos Municipais Efetivos e Comissionados do Município de Araguapaz e dá outras providências.”**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ**, Estado de Goiás, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder na forma do Art. 37, inciso X da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores efetivos e ocupantes de cargos comissionados constantes do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Araguapaz.

**Parágrafo único** – Referida revisão de que trata o *caput* deste artigo, se estenderá também aos inativos e pensionistas do Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Araguapaz.

**Art. 2º** - O índice a ser aplicado na revisão geral será de 7,21% (sete vírgula vinte e um por cento), referente à recomposição da perda do poder aquisitivo da moeda, tornando-se como parâmetro os índices do INPC/IBGE do período de 31/03/2012 a 31/03/2013, incidindo sobre os vencimentos pagos no mês de junho de 2013.

**§ 1º** - As disposições do *caput* deste artigo aplicar-se-ão aos ocupantes de mandato eletivo de Prefeito Municipal e Vice-Prefeito, e aos Secretários Municipais, concedendo a revisão geral anual de 7,21% (sete vírgula vinte e um por cento), sobre os respectivos subsídios.

**§ 2º** - Por força de dispositivos constitucionais, nenhum servidor terá vencimento mínimo inferior ao salário mínimo em vigor.

**§ 3º** - Os recursos para atendimento das despesas desta lei, serão cobertos com dotações próprias do orçamento em vigor, suplementadas se necessário.

**Art. 4º** - A revisão geral anual, para os exercícios futuros, observará o seguinte:

- I** – deverá guardar consonância com o princípio da anualidade;
- II** – deverá estar autorizada na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III** – deverá ser definida por lei específica;





IV – deverá atender ao limite fixado pelo Art. 19, inciso III, da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, ou outro limite máximo que eventualmente vier substituí-lo.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ, ESTADO DE GOIÁS**, aos 11 dias do mês de junho de 2013.



**FAUSTO BRITO LUCIANO**  
Prefeito Municipal

